

1 **ATA DA 14ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DE**
2 **PLANOS DE RECURSOS HÍDRICOS E ENQUADRAMENTO DOS CORPOS**
3 **D'ÁGUA EM CLASSES**
4

5 Aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às 09h por
6 videoconferência, através da plataforma Zoom, ocorreu a 14ª Reunião da Câmara
7 Técnica de Acompanhamento de Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento dos
8 Corpos D'Água em Classes, instituída pela Resolução nº 139 de 08 de julho de 2021,
9 com a seguinte pauta: I. Aprovar a ata da 13ª reunião da CT; II. Analisar e deliberar
10 quanto a proposta de alteração das Metas do Plano de Ação do Plano Integrado de
11 Recursos Hídricos das UPGs Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai Superior - PRH
12 P2/P3. Estavam presentes: Sra. Sibelle Christine Glaser Jakobi e Sra. Fernanda dos
13 Santos Ferreira, representantes da **SEMA**; Sr. Kaio César Dias Bueno, representante
14 da **AMM**; Sra. Pâmela Sangaleti de Souza, representante da vaga 01 dos **CBH RH**
15 **Amazônica**; Sra. Cristhiane Vasconcelos de Souza Rosa, representante da vaga 01
16 dos **CBH RH Tocantins-Araguaia**; Sra. Suzan Lannes de Andrade, representante da
17 **ABES**; Sra. Kálita Cortiana Seidel, representante da **FIEMT**; Sr. Álvaro Fernando
18 Cícero Leite, representante do **Instituto Ação Verde**; e, Sra. Ohana França,
19 representante da **AGEMAT**. Inicialmente, é exposto que a Sra. Ohana França estará
20 presidindo a reunião em razão da Sra. Juliana Freitas estar em um compromisso de
21 última hora. Após, é posta em deliberação a análise da ata da 13ª reunião da CTAP.
22 Que restou aprovada, por unanimidade, sem nenhuma alteração. Na sequência,
23 passou-se a análise da proposta de alteração das Metas do Plano de Ação do Plano
24 Integrado de Recursos Hídricos das UPGs Alto Paraguai Médio e Alto Paraguai
25 Superior - PRH P2/P3. A Sra. Sibelle Jakobi expõe que o Plano é recente, foi
26 aprovado em dois mil e vinte e dois. Salienta que é um atributo da Sema fazer o
27 acompanhamento de planos, sempre revisando, tentando adequar para garantir que o
28 plano de ações seja executado. Diz que a Sema verificou que algumas metas
29 precisam ter alguns detalhes adequados, pois não foram identificados na época da
30 elaboração do plano, e também em razão da mudança de planejamento interno da
31 secretaria. Destaca que, como é o primeiro plano, a Sema está tendo algumas
32 dificuldades na implementação, em especial na questão dos indicadores. Diz que a
33 Sema fez a contratação de um curso, para que a equipe aprenda a elaborar e
34 acompanhar os planos de recursos hídricos. Diz que será um curso bem prático, onde

35 irão desenvolver todos os indicadores desse plano para todas as ações. Usando um
36 manual que a ANA tem, que é o manual de acompanhamento da implementação dos
37 planos. Esse manual sugere uma forma de elaboração desses indicadores. Então,
38 será adequado a esse manual da ANA, que foi aprovado depois do plano de ação já
39 ter sido aprovado pelo CEHIDRO e Comitês. Além disso, também farão um trabalho
40 junto ao Conselho e Comitês da P2/P3 para estabelecer uma metodologia padrão de
41 acompanhamento do plano no estado. Por último, farão um novo documento com esse
42 novo plano de ações, com os indicadores que eles irão elaborar na segunda etapa. No
43 entanto, para fazer isso, é preciso garantir que as metas do plano estejam mais
44 próximas possíveis da realidade. Se coloca à disposição para tirar as dúvidas quanto
45 cada uma das metas a serem alteradas, conforme documento enviado. Os
46 conselheiros solicitam que seja feita uma apresentação detalhada do documento. A
47 Sra. Sibelle Jakobi compartilha o arquivo, passando a expor as seguintes metas:
48 Expõe as alterações necessárias nas seguintes metas: META A.1.2 - ESTUDAR
49 ALTERNATIVAS DE IMPLEMENTAÇÃO DE AGÊNCIA DE ÁGUA OU ENTIDADE
50 EQUIVALENTE QUE DESEMPENE ESSE PAPEL NAS UPGS P2 E P3; META
51 B.1.2. - DESENVOLVER ESTUDO PARA A REVISÃO DA VAZÃO DE REFERÊNCIA
52 E MÍNIMAS REMANESCENTES NOS PRINCIPAIS RIOS E MAIS CRÍTICOS DAS
53 UPGS P2 E P3; META B.1.3 - ELABORAR ESTUDO INCLUINDO PAR METROS DE
54 MONITORAMENTO DE QUALIDADE PARA A OUTORGA DE DILUIÇÃO DE
55 EFLUENTES EM RIOS COM TRECHOS CRÍTICOS; META B.1.5 - FORMALIZAR A
56 REVISÃO DOS PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS DE OUTORGA FRENTE AOS
57 RESULTADOS DOS ESTUDOS PREVIAMENTE ELABORADOS (VAZÃO DE
58 REFERÊNCIA E MÍNIMAS REMANESCENTES, PAR METROS DE QUALIDADE DE
59 RIOS COM TRECHOS CRÍTICOS, E INTEGRAÇÃO DE OUTORGAS); META B.7.1. -
60 ELABORAR LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA, COM PROCEDIMENTOS E CRITÉRIOS,
61 PARA IMPLEMENTAÇÃO DA ALOCAÇÃO DE ÁGUA NO ESTADO DE MATO
62 GROSSO FOMENTADA PELO PRH DAS UPGS P2 E P3; META D.2.1. DIRECIONAR
63 PROPOSTAS DE CRIAÇÃO DE UCS, CONFORME APCBS INSTITUÍDAS E
64 RECOMENDADAS PELO MMA NAS UPGS P2 E P3; e, META D.2.2 – ELABORAR O
65 PLANO DE MANEJO DA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL; META D.2.7.
66 FOMENTAR O INCENTIVO AO ECOTURISMO NAS UPGS P2 E P3. Finda a
67 apresentação, o conselheiro Álvaro, propõe que se dê uma olhada melhor,

68 principalmente na questão da unidade de conservação, pois não sabe como que isso
69 vai conversar com o zoneamento. Diz não saber se isso vai ou não conflitar com aquilo
70 que está sendo proposto no zoneamento, que é cerca de 3,4 milhões de hectares. A
71 Sra. Sibelle Jakobi explica que a equipe da Superintendência de Biodiversidade/Sema,
72 que foi quem auxiliou na elaboração dessa meta, argumentou que eles sempre
73 seguem as recomendações APCBS instituídas pelo Ministério do Meio Ambiente -
74 MMA. E essas APCBS estão sendo seguidas pelo zoneamento. Aponta que, no caso,
75 o foco é auxiliar os municípios a instituir essas APCBS dentro de suas áreas. Destaca
76 que o estado não vai estar criando novas UC's. Salaria que compreende apenas
77 municípios que já manifestaram o interesse em criar essas áreas. É de conhecimento
78 do zoneamento, e o estado vai apenas dar suporte para isso acontecer. Ressalta que
79 a meta D.2.1 já existe, e está sendo proposta apenas uma adequação da meta,
80 conforme entendimento da Superintendência de Biodiversidade/Sema. O conselheiro
81 Álvaro Leite argumenta que o município não depende desse plano de ações para
82 concretizar e nem do zoneamento para concretizar, caso seja interesse do mesmo em
83 fazer a unidade de conservação. Diz que sua opinião é, por enquanto, não mexer
84 nessa meta. Excluir a proposta de adequação e deixar a meta como está no plano de
85 ações. Após discussões, restou decidido, por unanimidade, que a CT irá propor a
86 retirada da meta relacionada à criação de Unidade de Conservação Municipal, sob a
87 justificativa de que essas unidades já estão contempladas nos Planos de Zoneamento
88 dos municípios, tornando redundante a inclusão dessa meta no PRH P2/P3. E
89 recomendará a aprovação das demais metas. Finda as discussões, restaram definidos
90 os seguintes encaminhamentos: I. A relatora solicita que a Sema prepare uma
91 apresentação da matéria, de forma didática, para ser exposta na plenária; II. A relatora
92 deve encaminhar o parecer até o dia 25/06. Por fim, nada mais havendo a declarar a
93 Presidente em substituição encerra a reunião às 10h24min e eu, Danielly Guia da
94 Silva, lavrei esta ATA que será assinada pela presidente da Câmara Técnica.

95
96
97

98 **Ohana França**

99 Presidente *em substituição* da Câmara Técnica de Acompanhamento de Planos de
100 Recursos Hídricos e Enquadramento dos Corpos D'Água em Classes